

AFRODESCENDENTES NA FORÇA PÚBLICA DE MINAS: trabalho policial, educação militar e trajetórias pessoais

*Francis Albert Cotta**

RESUMO: Analisa a inserção de afrodescendentes na Força Pública de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX, buscando compreender a construção de identidades providas de poder simbólico e coesão social que emergiram de processos educativos, para explicar a construção de imaginários à luz de interesses e estratégias de grupo. Nesse processo, foram analisadas fontes tais como: crônicas, manuais militares, notas de prêmio e castigo, boletins, relatórios, regulamentos e, especialmente, iconografia. Metodologicamente, utilizou-se dos *Jogos de escalas de análise*, a partir de vivências de dois oficiais: o Major Lopes, comandante do policiamento e delegado de polícia durante a construção de Belo Horizonte, atuante entre 1894 e 1915; e o Tenente Coronel Santos Cavalcante, escritor e combatente nas revoluções da década de 1930. Percebeu-se que os oficiais afrodescendentes incorporaram discursos e práticas institucionais, sendo possível identificar aspectos de mobilidade social desses protagonistas.

Palavras-chave: História da Polícia Militar. Nova História Policial. Educação Policial. História da Educação. Força Pública. Militares Afrodescendentes.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v3i7.96>

Recebido em 19 de junho de 2020.

Aprovado em 22 de agosto de 2020

* Universidade do Estado de Minas Gerais. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6535-725X> - CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1511398240326461>

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas se consolidou, tanto na Europa quanto no Brasil, o que se denomina “Nova História Militar”. Ela propõe uma (re) leitura de temas relacionados ao universo militar a partir de renovados referenciais teórico-metodológicos oriundos da História Social e da História Cultural, especialmente de matrizes francesas, inglesas e italianas. Neste artigo, propõe-se realizar uma análise de um objeto que se encontra na interface da história militar e da história policial. Por se tratar de uma instituição de “tipo híbrido” (Força Pública de Minas), uma vez que possuía características e funções tanto militares e policiais, assim coloca-se a hipótese de que esse objeto é analisado à luz de uma “Nova História Policial”, que busca compreender aspectos que vão além das análises de percebem a polícia como um “aparelho repressivo de Estado”, instrumentalizado para os “desígnios de uma classe dominante”. Busca-se compreender as dinâmicas das construções relacionais e simbólicas, de trajetórias de vida de homens e mulheres que experienciaram atividades nas instituições policiais.

Este artigo analisa a inserção e atuação de afrodescendentes na Força Pública de Minas Gerais nos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, buscando compreender a construção de identidades providas de poder simbólico e coesão social que emergiram de processos educativos, para explicar a construção de imaginários à luz de interesses e estratégias de grupo. Esses militares/policiais ocuparam funções de comando no período de pós-abolição e na Primeira República. Assim, teoricamente busca-se um exercício que instrumentalize as propostas de Sabina Loriga (2011) que convida à busca de uma dimensão individual da história por meio das biografias. Neste artigo, em diálogo como aspectos mais amplos nos quais os atores sociais estão envolvidos.

Serão analisadas vivências de dois oficiais do Corpo Policial, posteriormente transformado em Força Pública de Minas: o Major Lopes, comandante do policiamento e delegado de polícia durante a construção de Belo Horizonte, atuante entre 1894 e 1915; e o Tenente Coronel Santos Cavalcante, escritor e combatente nas revoluções da década de 1930. Percebeu-se que os oficiais afrodescendentes incorporaram discursos e práticas institucionais, sendo possível identificar aspectos de mobilidade social desses protagonistas

Por se tratar de uma pesquisa histórica, que busca (re) construir uma história social da cultura, utilizaram-se como fontes materiais produzidos pelos próprios militares, tais como crônicas, manuais militares, correspondências, livros. Uma fonte militar/policial importante nesse processo de desvelamento das lutas pelas representações são as “notas de prêmio e castigo”, nas quais são compartilhados fragmentos das vidas cotidianas dos militares por meio das narrativas de suas ações. Também são utilizadas fontes “oficiais” como boletins, relatórios, regulamentos. Destaque especial se dá à iconografia, interpretadas como porções do real, representações carregadas por intencionalidades, que trazem impregnadas as subjetividades dos sujeitos nos olhares, posturas, vestimentas, locais...

Metodologicamente, utilizou-se dos *Jogos de escalas de análise*, proposta por Jacques Revel (1998), na qual é possível passar de macroanálises para microanálises, nessa variação de escalas nenhuma tem supremacia sobre a outra, pois entende que a dinâmica sócio-histórica é uma estrutura folheada com camadas que estão interligadas umas às outras.

2 O DELEGADO DE POLÍCIA MAJOR LOPES, HOMEM “MORENO-ESCURO”, PRUDENTE E PRESTIMOSO

Um ano antes da abolição da escravidão (1888) no Brasil, a Lei 3.438, de 26 de setembro de 1887, fixou para 1888 o efetivo de 1.200 militares para o *Corpo Policial de Minas* (criado em 1835). Nesse ano, o Alferes Antônio Lopes de Oliveiras e encontrava servindo na 2ª Companhia do Corpo Policial, e comandava contingentes militares direcionados especialmente às atividades policiais (MINAS GERAIS, 1887).

A Proclamação da República (1889) reformulou as instituições imperiais, entre elas estava o *Corpo Policial*, que passou a denominar-se *Corpos Militares de Polícia* do Estado de Minas Gerais (1890). Em virtude da Ordem-do-dia nº 57, de 5 de maio de 1890, expedida pela Secretaria Militar, do Governo do Estado de Minas Gerais, ainda localizado na cidade de Ouro Preto, ocorreu a reorganização das Unidades: o 1º Corpo ficou sediado em Ouro Preto; o 2º, em Uberaba; o 3º, em Juiz de Fora e o 4º Corpo, em Diamantina. A denominação não durou muito, pois em 1894 passou a chamar-se *Brigada Policial*. Nesse ano, Antônio Lopes estava em Sabará a exercer a função de delegado especial, no posto de capitão.

No dia 16 de abril de 1894, após deliberação com a Comissão Construtora da Nova Capital, o Chefe de Polícia escolheu e enviou o Capitão Lopes, com autoridade para atuar em Belo Horizonte. As experiências adquiridas em Sabará seriam utilizadas na nova missão: comandar o primeiro destacamento policial e atuar como delegado de polícia durante a construção da Capital de Minas Gerais (MHAB, 1894).

A atuação do Major Lopes (1894-1916) pode ser acompanhada na documentação presente no Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Cidade de Belo Horizonte e Museu Histórico Abílio Barreto. O primeiro escritor que tratou das ações do Major Lopes foi seu contemporâneo, o jornalista e historiador Abílio Barreto. Para o

século XXI, uma nova e brilhante geração de pesquisadores, instrumentalizados por renovados referenciais teórico-metodológicos e novas questões, têm se debruçado sobre as ações policiais em Belo Horizonte na Primeira República, o que permite melhor compreensão da atuação do Major Lopes (SILVA, 2009; PEREIRA, 2012, 2018).

Abílio Barreto (1996, p. 350) descreve o Capitão Lopes como um homem:

alto, moreno-escuro, corpulento, desempenado, calmo, voz suave, sempre risonho, muito amável, prudente, prestimoso e de uma energia férrea, com o pequeno destacamento de que dispunha, e que não passaria de 10 praças, instalado com sua delegacia em casinha velha sita à rua General Deodoro [...] Conseguiu desde o princípio popularizar-se, fazendo-se estimado pela melhor sociedade e temido pela gente mal procedida.

A narrativa de Abílio Barreto, que também se tornou oficial do Arquivo Público Mineiro e membro da Academia Mineira de Letras, possibilita a construção de uma certa imagem do Capitão Lopes, por meio dos traços físicos e emocionais percebidos pelo intelectual. Seu relato traz informações sobre a composição e localização do destacamento policial, além de aspectos sociais importantes, que possibilitam pensar o processo de exclusão sócio espacial que emergia juntamente com a cidade planejada. A corroborar seu relato, a Figura 1 mostra os homens que compunham o pequeno contingente da Brigada Policial.

Figura 1 – Destacamento da Brigada Policial em Belo Horizonte. 1895.



Fonte – Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção CCNC. Notação CC ALB.01-028. Autor desconhecido. Álbum Lauro Jacques. 1895.

A Delegacia de Polícia do destacamento da Brigada Policial estava localizada em frente ao escritório da Comissão Construtora da Nova Capital. A Figura 1 permite identificar vários militares afrodescentes, com seus fardões azuis. À frente do contingente está o seu comandante, o Capitão Lopes. A construção de pau-a-pique, típica do antigo Arraial do Curral Del Rey, mostrava as condições materiais e o contexto social vivenciados pelos policiais da Brigada. Além do controle do crime, existiam festas e espetáculos públicos. Abílio Barreto, ao narrar sobre um evento ocorrido durante a construção da Capital menciona que:

O famoso Capitão Lopes, imponente e solene em seu irrepreensível fardamento branco, era majestoso no improvisado camarote da polícia, gozando serenamente aquela noite de arte, que o fazia esquecer, por momentos, as complicações e os casos frequentes de sua agitada subdelegacia (BARRETO, 1995, p. 434).

A documentação do período da construção de Belo Horizonte mostra os contatos estabelecidos entre a Comissão e o Capitão Lopes. Na Figura 2 identificam-se da esquerda para direita, em pé, Dr. Abalberto

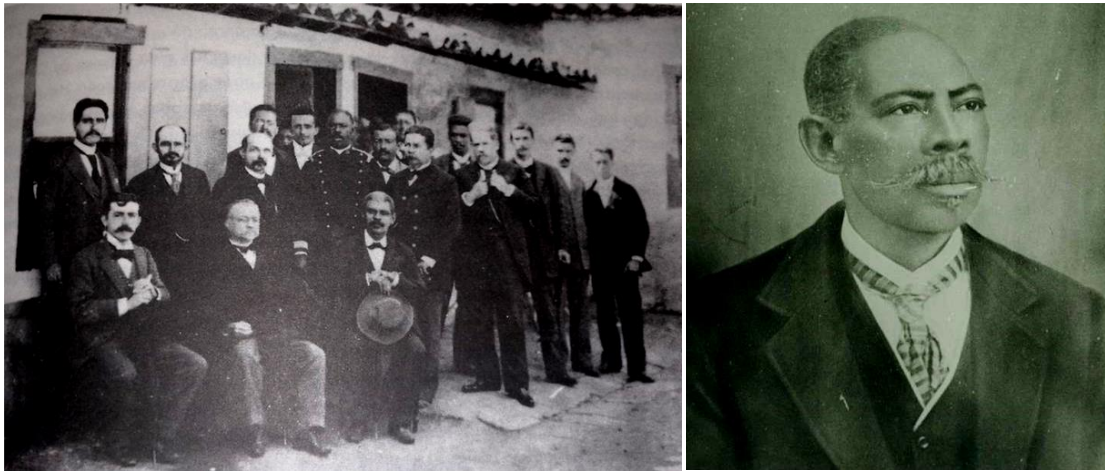
Ferraz, Dr. Aarão Reis (Engenheiro-Chefe da Comissão Construtora), Dr. Fábio Nunes Leal, Farmacêutico Deodoro Lopes, Capitão Antônio Lopes de Oliveira, Dr. Hermeto Alves, Coronel Francisco Lobo, Paulino José, João Batista Gomes e outros funcionários da Comissão. Sentados, da esquerda para a direita, David Campista (Secretário da Agricultura e Obras Públicas), Afonso Pena (Presidente do Estado), e Bias Fortes (Presidente eleito do Estado de Minas Gerais). A exposição nominal das autoridades e a posição dos indivíduos na foto demonstra a centralidade do Capitão Lopes nesse contexto.

A Figura 2, juntamente com as fontes do Fundo Chefia de Polícia do Arquivo Público Mineiro, permitem compreender o lugar do Capitão Lopes, enquanto delegado de polícia, na nova ordem que se desejava construir, onde “os chefes de polícia e delegados eram responsáveis pela defesa dos bons costumes e pela manutenção da segurança e da ordem.”¹

¹ O Arquivo Público Mineiro (APM) disponibiliza no Fundo de Polícia, diversas tipologias documentais que abarcam o período que vai de 1842 a 1956. A

documentação trata de assuntos e instituições ligadas à polícia em Minas Gerais. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundo_colectoes/brtacervo.php?cid=13 >

Figura 2 – Capitão Lopes, Delegado de Polícia. Belo Horizonte. 1894. 1897



Fonte: a) Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Coleção: BH. Notação: BH.ALB.02-015. 1894. b) Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção: Belo Horizonte. Notação: BH.RET.1897-001. 1897.

No decorrer dos vários anos como delegado, o Major Lopes realizou prisões, inquéritos e investigações de crimes praticados tanto por civis quanto pelos militares da Brigada. Suas intervenções ultrapassavam o controle do crime e dos costumes, atuando em aspectos relacionados à dimensão política. Passados 18 anos da Proclamação da República um militar da Brigada Policial foi preso por saudar a Monarquia. De acordo com o relato elaborado na Delegacia da 2ª Circunscrição Policial, em Belo Horizonte, no dia 16 de novembro de 1907:

Quando o Exmo. Senhor Dr. Presidente do Estado visitava o quartel do 2º Batalhão, o praça da Brigada de Minas, João Antônio da Silva erguia vivas à monarquia, sendo preso e recolhido a cadeia local. Assina o Delegado de Polícia, Major Antônio Lopes de Oliveira (APM, 1907).

O Delegado de Polícia Major Lopes ratificou a prisão do militar da Brigada Policial. Ao analisar a trajetória do Oficial percebe-se sua plasticidade, uma capacidade de se amoldar às mudanças institucionais e políticas, uma vez que ele mesmo era oriundo de uma corporação nascida e consolidada sobre a égide do Império, o Corpo Policial (1835-1890).

Metodologicamente, ao mudar a perspectiva da escala de análise (REVEL,1998), o pacto federativo da Primeira República transformou os corpos policiais em exércitos estaduais a serviço dos presidentes dos estados. Os militares também se inseriam nesse jogo político. Em termos materiais e simbólicos, o antigo quartel não mais representava esta nova ordem. Era necessária adequar a Corporação à nova estética arquitetural da República. Assim, a Comissão Construtora escolheu a área da Praça de Belo Horizonte (atual Floriano Peixoto) para construir o 1º Batalhão da Brigada. Os trabalhos se iniciaram em 31 de março de 1897, e após várias contingências, como um incêndio, foi inaugurando em 1899 (FIG.3).

Figura 3 – Quartel do 1º Batalhão da Brigada Policial de Minas



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Coleção Belo Horizonte. Not BH.CAP.1920-018

O quartel trouxe consigo a representação do que seria a Força Pública de Minas, nova denominação da Brigada Policial a partir de 1912. Marina Senna (1981) realizou na década de 1980 uma análise do *Livro de Assentamento* do 1º Batalhão referente ao ano de 1913. A pesquisadora constatou-se que 90% dos que iniciaram a carreira como soldados exerciam atividades como: lavrador, fogueteiro, pedreiro, servente de pedreiro, carapina, sapateiro, alfaiate, carpinteiro, cabelereiro, operário, ajudante de ferreiro, lustrador, pintor, carpinteiro, marceneiro, carroceiro, padeiro, ferreiro, garimpeiro. A maioria dos soldados não possuía escolarização e 70% eram classificados como sendo da cor preta, parda e mestiça (clara ou escura)(MINAS GERAIS, 1913). Esses dados abrem possibilidade para pensar a carreira militar como uma alternativa de inserção de jovens trabalhadores afrodescendentes que atuaram e estavam a atuar na construção da Capital num contexto de pós-abolição. A Figura 4 possibilita uma leitura da inserção de afrodescendentes na Força Pública de Minas na Primeira República.

Figura 4 – Afrodescendentes na Força Pública de Minas. Primeira República



Fonte: Acervo iconográfico do Museu dos Militares Mineiros. Belo Horizonte. Minas Gerais

A Figura 4 é representativa das mudanças que se iniciaram em 1912, com a mudança da Brigada Policial para Força Pública de Minas. Ela veio acompanhada de um conjunto de propostas que: instituiu a escolarização militar profissional; aumentou o contingente; criou novas unidades; e estabeleceu certos critérios para a mobilidade dos indivíduos no interior da carreira militar. Esse movimento não impactou, num primeiro momento, o fazer policial cotidiano, uma vez que se centrava em perspectivas bélicas.

3 O TENENTE SANTOS CAVALCANTE E A INSTRUÇÃO MILITAR ALEMÃ NUMA SOCIEDADE MESTIÇA

Em 1º de março de 1936, o afrodescendente e então Tenente da Força Pública Santos Ferreira Cavalcante publicou o *Manual de Instrução Militar*, nele identificam-se aspectos essenciais da representação e do imaginário incorporados no discurso do Oficial que contava 31 anos de idade. Cavalcante (1936, p. 2) alertava que a bandeira do Brasil concitava “ao trabalho diário, *sem fraquezas, sem rancores e ressentimentos* dos nossos compatriotas” [...],e mais, “[...] o soldado da Força Pública de Minas Geraes deve ser um *sentinella perfeito*, sempre alerta

pela *estabilidade do Estado e de suas instituições.*” Na sequência afirmava que a “Instrução Physica produz coragem, satisfação e bem estar nos soldados, cujos serviços o Brasil muito necessita” (CAVALCANTE, 1936, p. 17). Em seu discurso estão presentes dimensões educativas que atuariam nos campos do controle das emoções, da moral e do corpo do soldado, tudo isso sem desconsiderar aspectos das instruções técnica e tática.

No manual de Santos Cavalcante estão presentes a influência da instrução militar alemã nos primeiros anos da República em Minas. Ele exaltava o exemplo da Alemanha, especialmente pelo emprego da educação física:

Ainda hoje vemos um *exemplo digno de ser imitado.* A Alemanha depois da Guerra Mundial ficou moral e materialmente abatida – sem recursos e sem meios de prover as suas necessidades e hoje o que assistimos, em 17 annos a Alemanha já não deve nem um real da dívida de guerra e se apresenta em 1º plano como Nação, isso graças unicamente a Educação Physica do seu povo, que não desfaleceu diante da situação. Aumentou as horas de trabalho o que significa augmento de produção e hoje a Alemanha é rica novamente e seus filhos, homens e mulheres, são todos *educados physica e moralmente* (CAVALCANTE, 1936, p. 17. Grifos nosso).

Santos Cavalcante (1936,p. 18)orientava que “todo soldado que pretenda ou deva ser matriculado na Escola de Educação Physica que existe nos batalhões deve ser antes submettido a exame minucioso”. Na primeira metade do século XX, a Força Pública de Minas era um exército estadual composto por batalhões de Infantaria. Assim, todo o processo de formação do soldado convergia para fins eminentemente bélicos. Tal percepção era corroborada ao afirmar que:

o principal objectivo da Instrução da tropa é a preparação para a guerra. Assim sendo, todos os conhecimentos adquiridos na

Intrucção Moral, Instrucção Geral; Instrucção Physica e Instrucção Technica terão as suas aplicações nesta ultima divisão da Instucção Militar que é a Instrucção Tática (CAVALCANTE, 1936, p. 43).

Ao ampliar o jogo de escalas de análise para uma contextualização mais ampla, percebe-se que nesse período a influência militar alemã era grande no Exército Nacional Brasileiro. Essa influência refletia nas forças públicas estaduais, consideradas suas auxiliares.

A influência alemã no processo pedagógico da Força Pública de Minas pode ser mapeada logo no início no período republicano, especialmente a partir de 1912, com a contratação do capitão suíço Roberto Drexler, que também possuía experiência na Bélgica. Por sua influência foi promulgado, em 11 de maio de 1915, o decreto nº 4380, que tratava das disposições reguladoras da Instrução na Força Pública. Segundo o decreto, a instrução se dividia em: moral, intelectual e técnica. O art. 3.º estabelecia que a “Escola de Instrução compreende a: Escola de Graduados, a de Recrutados e a de Tática [...]”. O art. 20 determinava que a instrução fosse ministrada todos os dias úteis, dela participando os oficiais escalados e as praças de folga. As diretrizes alcançavam localidades distantes de Belo Horizonte. O relatório da Força Pública referente ao ano de 1919, mencionava que em Diamantina, sede do 3º Batalhão, o Major Américo Ferreira Lima, ao assumir o comando iniciou

os ensinamentos da *Instrução Drexler*, nomeando como instrutores oficiais e inferiores que adquiriram conhecimentos em escolas, praticando-a diariamente em *exercícios de ginástica*, serviços de guarda, serviço interior completo [...] Ao tempo que isto ocorria, estabelecia o *preparo moral* e pessoal em preleções trisemanais, explicando e ensinando *deveres sociais*, regulamentos, reorganização da Força, deveres e obrigações em serviço e folga, montagem e desmontagem e nomenclatura da arma [...]. Para complementar a instrução teórica da tropa, fundei a *Escola Regimental*, funcionando há 4 anos, com curso primário e

complementar (MINAS GERAIS, 1920, p. 59. Grifos nosso).

Além dos conhecimentos técnicos e da educação física, a *Instrução Drexler* focava-se no preparo moral e pessoal, ensinando deveres sociais. Atrai-se a isso a presença de escolas regimentais nos batalhões. Além de ser o Instrutor-Chefe no complexo educacional do Prado Mineiro, em Belo Horizonte, Drexler também foi autorizado a intervir nos diversos quartéis.

Silveira (1966, p. 173) afirma que com Drexler a instrução se iniciara com “vigor e entusiasmo e, dentro de algum tempo, grande parte da Corporação se achava instruída, principalmente na ordem unida, adotando os métodos e processos alemães, principalmente o *passo-de-ganso*”. A Figura 5 traz um desfile militar no Prado Mineiro na década de 1930.

Figura 5 - Desfile militar *Passo-de-Ganso*. Força Pública de Minas. Prado Mineiro. 1931



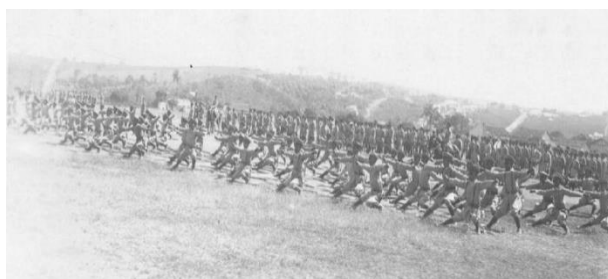
Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Militares Mineiros. Belo Horizonte. Minas Gerais

A influência militar alemã da *Instrução Drexler* é confirmada pelo Oficial do Exército Brasileiro Hildebrando Melo (1987), para quem Drexler “era um homem rigoroso e enérgico [...] que adotou a instrução do Exército Alemão”. Por outro lado, o Oficial da Polícia de Minas Saint’Clair Nascimento (2000, p. 82) diz que ele “tratava os subordinados com grosseria, entretanto ele era estimado e admirado por muitos dos componentes da polícia, principalmente por aqueles mais atrasados intelectualmente e

socialmente”. Em 1923, os serviços de Drexler foram dispensados.

Seu foco foi a instrução estritamente militar tal como havia sido formado na Europa da virada do século XIX para o XX. Sua proposta não foi uma formação que privilegiasse conhecimentos de natureza policial. A eficácia de sua instrução no cotidiano das ruas pode ser questionada, entretanto não se pode desconsiderar que em virtude da sistematização por ele construída. Diante das convulsões das décadas de 1920 e 1930 a Força Pública de Minas se apresentou como verdadeira força bélica, sendo protagonista nas revoluções de 1930 e 1932. Para além da ordem unida alemã e dos exercícios de esgrima à baioneta, a *ginástica sueca* foi outra inovação europeia trazida para Minas Gerais (FIG. 6).

Figura 6 – Ginástica Sueca Militar - Força Pública de Minas – Prado Mineiro. 1931



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Militares Mineiros. Belo Horizonte. Minas Gerais

O cronista e coronel da Polícia Militar de Minas Gerais Geraldo Tito da Silveira, em seu livro *Crônica da Polícia Militar de Minas*, ao tratar da instrução militar sob a égide de Drexler afirma que “foi um período áureo da *instrução* e da *disciplina*, quando o nosso soldado tinha consciência de que o ansejada, apesar de um só ‘lagartixa’ no braço, *era seu superior!*” (SILVEIRA, 1966, p. 85. Grifos nosso). Esse discurso traz aspectos relativos à construção da coesão social imaginada e desejada, que está relacionada à identidade que o grupo criava e reproduzia para si e para os outros. Se ligava às normas e valores que o caracterizavam, especialmente centradas na hierarquia e disciplinas militares. Aspecto potencializado com a criação, em

1936, da Justiça Militar de Minas Gerais. A Figura 7 ilustra aspectos da estética simbólica da coesão dos militares mineiros.

Figura 7 – Tropa formada na Praça Tiradentes. Ouro Preto. Minas Gerais. Década de 1930



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Militares Mineiros. Belo Horizonte. Minas Gerais

Na Figura 7 observa-se uma tropa miscigenada, comandada por um oficial afrodescendente, ao centro da imagem e que porta a sua espada, símbolo de sua autoridade militar. Os praças, que estão em forma no dispositivo militar, portam suas armas longas.

Sobre este aspecto, o Coronel Silveira narrou em suas crônicas, que em 1920 o Rei Alberto, da Bélgica, visitou Belo Horizonte e da sacada do 1º Batalhão acompanhou as evoluções militares realizadas pelos integrantes do Batalhão Escola. Ao terminar o desfile manifestou ao Secretário do Interior “que o batalhão em evoluções, naquele momento, mais parecia uma *Escola de Oficiais que de simples soldados*”. Após a cerimônia, durante um banquete, o rei disse [...] que “a Força Militar do Estado se distingue pela perfeita correção, pela transmissão de seus movimentos, pela sua excelente instrução; tendes ali uma grande *escola de patriotismo e de educação cívica*” (SILVEIRA, 1966, p. 171. Grifos nosso). Essa imagem é reafirmada pela leitura deste mesmo evento por Luciana Fagundes (2010, p. 41): “as paradas militares, imbuídas de um caráter cívico e patriota, como apresentação da Nação armada”.

Como se observa na iconografia até aqui apresentada, entre as mudanças ocorridas estava o fardamento, que deixou de

ser o azul passando ao cáqui. As fardas na cor azul eram usadas em Minas desde o século XVIII, com o Regimento de Cavalaria; na sequência, o Corpo Policial percorreu o século XIX com seus fardões azuis e botões dourados; no final do século XIX, a Brigada Policial ainda mantinha a farda azul (como se observou na iconografia relativa ao Major Lopes). O “Khaki” deriva das palavras urdu e persa para “poeira”, sendo fruto da experiência imperialista do exército britânico na Índia, no século XIX. A cor tinha o objetivo de camuflar os militares no terreno. Posteriormente, a cor foi incorporada por outros exércitos europeus.

Os militares mineiros também passaram a usar culote, perneiras, borzequins, boné com armação e pala curta. A Figura 8 mostra o fardamento caqui utilizado por integrantes da Força Pública. É possível identificar os pelotões, a banda marcial à direita da imagem, os oficiais portando espadas, o porta-estandarte e um corneteiro, posicionado logo atrás do comandante do dispositivo, a fim de executar os toques para execução dos movimentos de ordem unida.

Figura 8 - Tropa da Força Pública de Minas. Prado Mineiro. 1931



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Militares Mineiros. Belo Horizonte. Minas Gerais.

Além da educação militar, os comandantes alertavam para a necessidade de se preparar intelectualmente a tropa, o que poderia ser feito mediante as escolas regimentais:

Ao lado da instrução profissional, penso que se devia dar à Força Pública a *instrução literária*, sem a qual, como já observou um dos meus

antecessores, aquela seria impraticável. Ninguém ignora que *em todos os países civilizados as escolas regimentais têm produzido excelentes resultados nas suas corporações armadas*. Seria conveniente que o legislador voltasse suas vistas para este assunto, criando na nossa Força Pública um modesto curso preparatório para oficiais e praças (MINAS GERAIS, 1920. Grifos nosso).

De acordo com Pereira (2017), ao analisar os relatórios dos chefes de polícia, constatou a presença de escolas regimentais anexas às unidades militares, desde finais do século XIX. Elas ofereciam um programa de ensino para o aprendizado das primeiras letras e das operações matemáticas.

O Quadro 1 apresenta as escolas regimentais que funcionavam entre 1925 a 1936. As escolas regimentais deveriam obedecer ao programa estabelecido para as escolas primárias noturnas, o seu curso compreendia:

1.º leitura escrita, língua pátria, quatro operações fundamentais da aritmética e as decimais, generalidades acerca do mundo e rudimentos de chorografia do Brasil, *história sumária de Minas Gerais*, noções de educação moral e cívica, noções de higiene individual e urbanidade; 2.º duas vezes por semana, preleções sobre o serviço policial (MINAS GERAIS, 1927).

Quadro 1 - Escolas Regimentais anexas aos Batalhões da Força Pública de Minas.1925-1932

| LOCALIDADE | UNIDADE MILITAR | DATA DE CRIAÇÃO |
|----------------|--------------------|-------------------------|
| Belo Horizonte | 5º Batalhão | 25 de maio de 1925 |
| Belo Horizonte | | 10 de novembro de 1925 |
| Belo Horizonte | 1º Batalhão | 10 de novembro de 1925 |
| Uberaba | 4º Batalhão | 18 de março de 1928 |
| Belo Horizonte | Corpo Escola | 04 de junho de 1928 |
| Belo Horizonte | Corpo de Cavalaria | 11 de junho de 1928 |
| Ouro Preto | 10º Batalhão | 18 de março de 1929 |
| Belo Horizonte | 6º Batalhão | 07 de abril de 1930 |
| Belo Horizonte | Serviço Auxiliar | 14 de fevereiro de 1931 |
| Juiz de Fora | 2º Batalhão | 18 de junho de 1932 |

Fonte: 5ª Seção da Secretaria da Educação e Saúde Pública. Inspeção Geral da Instrução. Belo Horizonte, 27/10/1932. Acervo documental do Museu dos Militares Mineiros.

O Relatório da Força Pública alusivo a 1936 apresentou dados que constata a ampliação das escolas regimentais em vários batalhões, que neste ano possuíam 5.119 alunos matriculados. Nesse período os Batalhões de Infantaria foram transformados em Batalhões de Caçadores Mineiros (BCM). Existiam escolas regimentais em 11 unidades da Força Pública: Regimento de Cavalaria, 1º, 5º, 6º, Caixa Beneficente, com sede em Belo Horizonte; 2º, em Juiz de Fora; 3º BCM, em Diamantina; 4º em Uberaba; 7º em Bom Despacho; 8º, em Lavras; 9º BCM, em Barbacena (MINAS GERAIS, 1937).

A frequência de militares da Força Pública nas escolas regimentais pode ser identificada pela análise de fontes como as *Notas de Prêmio e Castigo*, que são extratos funcionais dos praças, nas quais eram registradas ações desses militares. Para ilustrar as potencialidades dessa fonte histórica, citam-se três notas elaboradas em 1933.

A primeira Nota é do músico de 1ª Classe João Antônio da Silva, que assentou praça no 1º Batalhão, em 28 de junho de 1928. Em 27 de fevereiro de 1929 foi matriculado no 1º turno da Escola Regimental. Em 27 de agosto do mesmo ano foi “repreendido severamente por ter faltado a aula da Escola Regimental”. O segundo caso é do Soldado Antônio Gomes da Silva, incluído no Corpo Escola em 25 de novembro de 1930. Em 15 de outubro de 1931, após concluir o curso do Batalhão Escola foi matriculado na Escola Regimental do 6º Batalhão. Por último, o caso do Soldado Antônio Martins dos Santos, incluído no Batalhão Escola em 24 de setembro de 1931. Após conclusão do curso foi transferido para o 1º Batalhão, sendo matriculado na Escola Regimental em 4 de abril de 1932 (MINAS GERAIS, 1933).

As escolas regimentais se conectam às exigências dos cursos criados nos finais da década de 1920 e início dos anos 30 do século XX, especialmente aqueles alocados no Departamento de Instrução (1934). Todos os cursos exigiam conhecimentos para que

pudesse passar nos processos seletivos, alguns aceitavam a aprovação na Escola Regimental. Na Escola de Sargentos (1927) poderiam ser matriculados “os sargentos e cabos de boa conduta com menos de 35 anos de idade e que forem aprovados em exame de admissão ou da Escola Regimental. Cada ano letivo será dividido em dois períodos de seis meses, sendo cinco de aulas e um reservado para exames e férias.” (MINAS GERAIS, 1927). O curso tinha duração de dois anos e seus alunos passavam com rigorosos exames.

A Figura 9 traz os alunos do Grêmio Estudantil da Escola de Sargentos já no segundo ano do curso. Ela representou a possibilidade, por meio de processos de escolarização e educação militar formal, de ascensão dos soldados, cabos e sargentos ao oficialato.

Figura 9 – Grêmio Estudantil da Escola de Sargentos. 1929



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu dos Militares Mineiros. Belo Horizonte. Minas Gerais.

A Figura 9 mostra vários militares afrodescendentes em seu processo de mobilidade por meio da carreira militar na Força Pública de Minas. Entre eles está Santos Cavalcante, com 24 anos de idade, ele é o primeiro militar sentado, da direita para a esquerda.

Santos Cavalcante era filho do Sargento Antônio Ferreira Cavalcante e Maria Cardoso Vieira, nasceu em 1º de novembro de 1905, na cidade de Montes Claros, norte de Minas. Estudou no Seminário de Diamantina, e em 1921, aos 16 anos, iniciou sua carreira militar ao assentar praça como

Soldado no 3º Batalhão, sediado em Diamantina. Em 1927 casou-se com Venina Batista, irmã do Cel Geraldo Batista, Ten Cel Sebastião Batista, Maj Reynaldo Oscar e Ten Lerço Batista.

Como Cabo Santos Cavalcante realizou o Curso da Escola de Sargentos (1927-1929), em Belo Horizonte. Ao concluir o curso, em 1930 foi promovido a 2º Tenente; em 1936, a 1º Tenente; em 1939; a Capitão, em 1948; a Major, e em 1952 alcançou o posto de Tenente-Coronel.

O militar conheceu as diversas regiões de Minas Gerais, tendo servido no 3º Batalhão (Diamantina), 7º (Bom Despacho) e 8º (Lavras), no Esquadrão de Cavalaria anexo ao 1º Batalhão (Belo Horizonte), e no Batalhão Escola (Belo Horizonte). Atuou como Delegado Especial de Polícia em Lavras, Manhuaçu, Nepomuceno, Sete Lagoas, Lagoa Santa, Jacutinga, Itabirito e Varginha.

Como Oficial Superior desenvolveu atividades na Seção de Material Bélico, Seção de Fundos, foi Subchefe do Estado-Maior e Vice-Diretor da Caixa Beneficente.

Em Belo Horizonte, Santos Cavalcante foi aluno da Escola Livre de Direito. Também foi brevetado piloto pela Diretoria de Aeronáutica. De forma pioneira fundou o Aero Clube de Lavras, sendo seu primeiro piloto. Desenvolveu gosto pela escrita, sendo eleito membro da Academia Belo-Horizontina de Letras, colunista de diversos periódicos, como *A Gazeta*, de Lavras, e da *Revista Libertas*, da Academia de Polícia Militar. Além de vários artigos e poemas, Santos Cavalcante publicou vários livros: *Meu Diário de Campanha* (1932), *Manual de Instrução Militar* (1936), *Retalhos de Minha Memória* (1937), e *Dr. Lund e sua influência sobre Lagoa Santa* (1964) (FIG. 10).

Figura 10 – Livros publicado por Santos Ferreira Cavalcante (1932-1964)



Fonte: Academia de Letras João Guimarães Rosa. Biblioteca particular do autor. Belo Horizonte.

Em *Meu Diário de Campanha* (1932), Santos Cavalcante trata de suas experiências como tenente, integrante do 7º Batalhão de Bom Despacho, na Revolução de Constitucionalista, especialmente de sua prisão pelos paulistas. Em *Retalhos de Minha Memória* (1937) apresenta várias pequenas crônicas sobre assuntos diversos. Na crônica intitulada *soldado escolado*, é possível captar a valorização dada pelo autor pela leitura: “Sempre interessei-me pelas coisas militares e, assim todos os livros de leituras onde caprichosamente frisassem assumptos militares comprava-os custasse o que custasse” (CAVALCANTE, 1937, p. 91). O Livro *Dr. Lund e sua influência sobre Lagoa Santa*, foi elaborado quando Santos Cavalcante foi designado para atuar em Lagoa Santa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da institucionalização do modelo bélico da Força Pública observam-se direcionamentos e intervenções do Estado no processo de formação do soldado por meio da centralização e da formalização de escolas militares. Isso possibilita testar, para a educação militar, a assertiva de Cynthia Veiga (2008, p. 35) relativa à “intenção de disponibilizar uma forma de instrução pública para pobres e negros como uma estratégia política de produção do ideário de coesão social/nacional”.

Para o caso de Minas Gerais, a partir da abolição da escravidão e com a República,

a instituição militar se apresentou como uma alternativa para inserção de afrodescentes, especialmente num momento de ampliação dos efetivos da Força Pública. A identidade bélica assumida a partir da década de 1910, e potencializada nas décadas de 1920 e 1930.

Era necessário ir além da instrução técnica, buscou-se educar os corpos e as emoções dos soldados, uma necessidade vital para a instituição militar, diante das reconfigurações sociais, políticas e econômicas. Para tanto, se construiu um arcabouço educacional formal que buscava atingir tais objetivos. Sua eficácia, para além dos muros dos educandários militares, demanda estudos de outra natureza, o que não foi alvo da presente proposta. Tampouco, a dimensão da atividade policial da Força Pública exercida na Capital e nos destacamentos.

Essas breves reflexões possibilitam pensar sobre a articulação necessária entre macro e microrrelações de poderes na sociedade, bem como nas transformações das relações de poderes. Como afirma Veiga (2008, p. 32), dialogando com Elias (1994), é necessário “compreender as relações entre indivíduo e sociedade, uma sociedade de indivíduos, marcada por redes de dependência e interdependência humanas”. Assim, se apresentam trilhas para novos estudos sobre este rico período da História do Brasil Contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Fundo Chefia de Polícia**. POL 8 – Cx 21 – Pc 12. Soldado preso no quartel por motivo de saudação à Monarquia. Belo Horizonte, 16/11/1907.

BARRETO, Abílio. (1928). **Memória Histórica e Descritiva**. Belo Horizonte: FJP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTE, Santos Ferreira. **Manual de Instrução Militar**. Belo Horizonte: Força Pública de Minas Gerais, 1936.

_____. **Meu Diário de Campanha**. Notas de um prisioneiro de guerra. Belo Horizonte: Doyle Silva, 1932.

_____. **Retalhos de minha memória**. Belo Horizonte: Oliveira, Costa & Cia, 1937.

_____. **Dr. Lund e sua influência sobre Lagoa Santa**. Belo Horizonte: Academus, 1964.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAGUNDES, Luciana. Reis belgas em visita ao Brasil. In: RIBEIRO, Maria Izabel Branco (Org.). **Visita da Família Real Belga ao Brasil. 1920**. São Paulo: FAAP, 2010, p. 37-42.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MELO, Hildebrando Bayard. **No Exército do meu tempo**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1987.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. **Lei 3438**, de 26 de setembro de 1887, fixa o efetivo do Corpo Policial para 1888. Coleção Leis Mineiras (1835-1889). Título 54, Parte 1. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1897.

_____. Força Pública de Minas. 1ª Batalhão. **Livro de Assento nº 357**. 4ª Cia do 1º BFPMG. Belo Horizonte, 1913.

_____. **Relatório da Força Pública referente ao ano de 1919**. Belo Horizonte, 1920.

_____. **Decreto n.º 7.712**, de 16/6/1927. Regulamento da Força Pública de Minas. Belo Horizonte, 1927.

_____. Força Pública. Sexto Batalhão de Infantaria. **Notas de Prêmio e Castigo**. 1933.

_____. Força Pública. **Relatório de 1936**, apresentado ao Dr. Benedito Valadares Ribeiro, Governador do Estado de Minas Gerais pelo Cel Alvim Alvim de Menezes, Comandante Geral da Força Pública. Belo Horizonte, 1937.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Fundo AB. **Coleção Abílio Barreto**. ABP1. ABP17. ABP107/030. 1. Cx 20. Pasta 30. Ofício nº 305, de 16 de abril de 1894, do Chefe da Polícia Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo ao Chefe da Comissão apresentando o Delegado de Polícia de Sabará Capitão Antônio Lopes de Oliveira como autoridade em Belo Horizonte.

NASCIMENTO, S. Luís. O Suíço. **Velha Guarda**. Belo Horizonte, v. 4, p. 78-83, 2000.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. A Força Pública e o policiamento do Estado republicano em Minas Gerais. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 34-54, ago. 2017.

_____. **No intuito de produzir influência educativa**: delegacia de costumes e a prática de meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920-1930) – Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

_____. **A invenção do policial militar mineiro**: uma análise da força pública em Minas Gerais (1890-1930). Tese (Doutorado em História Social) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

REVEL, J (Org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SENNA, Marina de Avellar. Polícia Militar de Minas Gerais, veículo de ascensão social. In: **Minas Gerais**. Suplemento Especial. Belo Horizonte, terça-feira, 6 de outubro de 1981, p. 28.

SILVA, Maria Guedes Costa. **A moral e os bons costumes**: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVEIRA, Geraldo Tito. **Crônica da Polícia Militar de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Creive; FONSECA, Thais Nívia (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 13-48.

AFRO-DESCENDANTS IN THE MINAS PUBLIC FORCE: police work, military education and personal trajectories

ABSTRACT: analyzes the insertion of afro-descendants in the Public Force of Minas Gerais in the first decades of the 20th century, seeking to understand the construction of identities provided with symbolic power and social cohesion that emerged from educational processes, to explain the construction of imaginary in the light of interests and group strategies. In this process, sources such as: chronicles, military manuals, award and punishment notes, bulletins, reports, regulations and, especially, iconography were analyzed. Methodologically, the Games of analysis scales were used, based on the experiences of two officers: Major Lopes, commander of policing and police chief during the construction of Belo Horizonte, active between 1894 and 1915; and Lieutenant Colonel Santos Cavalcante, writer and combatant in the revolutions of the 1930s. It was noticed that Afro-descendant officers incorporated speeches and institutional practices, making it possible to identify aspects of social mobility of these protagonists.

Keywords: History of the Military Police. New Police History. Police Education. History of Education. Public Force. Afro-descendants.